



Janine Moraes/Senado Federal

Alunos da Escola Classe 56 de Ceilândia visitam Congresso: concurso de redação incentiva reflexão sobre a capital

Operadora divulga concurso de redação

Sem custo para a Casa, a operadora de telecomunicações Oi está divulgando o 3º Concurso de Redação do Senado Federal em 50 mil cartões

telefônicos. Essa edição do concurso, que receberá inscrições até 30 de setembro, tem como tema "Brasília, capital dos brasileiros". 2

Pauta terá MP que garante capitalização da Petrobras

Medida provisória compensa outra, que caducou no mês passado sem ser votada, e regulamenta operações financeiras do governo federal com empresas estatais

Duas medidas provisórias editadas nos últimos dias pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomam assuntos de interesse do governo que faziam parte da MP 487/10, que expirou no mês passado sem ser votada pelo Congresso Nacional. A MP 500/10 normatiza as operações financeiras que o governo federal poderá realizar envolvendo ações das empresas estatais e, na prática, abre caminho para a capitalização da Petro-

bras, diante do desafio de explorar as jazidas da camada pré-sal. Já a MP 501/10 altera as condições dos empréstimos concedidos pelo BNDES no Programa de Sustentação do Investimento, além de ampliar (de R\$ 124 bilhões para R\$ 134 bilhões) o volume de recursos disponíveis naquela linha de crédito. As duas medidas precisam ser votadas até fevereiro do próximo ano. Do contrário, como prevê a Constituição, perderão a validade. 2

Alvaro pede que Ministério Público investigue Casa Civil 4

Eleições do Brasil e da Venezuela terão observadores do Parlasul 3

Novo CPC: velocidade não pode prejudicar o contraditório

Alertas foram feitos em debate sobre o projeto de novo Código de Processo Civil, em Salvador. 3

Comissão especial que examina o projeto em tramitação no Senado reuniu-se com juristas e advogados baianos ontem de manhã



Nei Pinho/TL-BA

Medidas provisórias ampliam linha de crédito para programa de investimentos do BNDES e normatizam negociações feitas pelo Executivo com ações das estatais

MPs mudam ação do governo em operações financeiras

TEMAS ABRANGIDOS PELA Medida Provisória (MP) 487/10, que perdeu a validade em agosto sem chegar a ser votada na Câmara, são assuntos de duas novas MPs editadas nos últimos dias pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A MP 500/10 legaliza operações financeiras que o governo pode fazer com ações de empresas estatais. Já a MP 501/10 trata da linha de crédito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A MP 501/10, de 8 de setembro, modifica as condições de concessão e subvenção do programa e amplia em R\$ 10 bilhões a linha de crédito destinada à produção, aquisição e exportação de bens de capital e à inovação tecnológica.

Criado no ano passado para financiar a compra de bens de

capital, o PSI tinha inicialmente orçamento de R\$ 44 bilhões. Em abril, a Medida Provisória 487/10 ampliou a linha de crédito para R\$ 124 bilhões. Em setembro, um novo orçamento: a MP 501/10 aumentou o volume de recursos para R\$ 134 bilhões e prorrogou o prazo para a contratação de empréstimos de 31 de dezembro deste ano para 31 de março de 2011.

O texto também expandiu a área de atuação da linha de crédito para os investimentos em energia. Pelas regras antigas, apenas os bens de capital (máquinas e equipamentos) para o setor energético eram financiados. Agora, qualquer investimento do setor elétrico pode ser incluído no PSI.

Segundo a exposição de motivos do governo, o reforço no limite de financiamentos subvencionados pela União é justi-

ficado em razão do aumento da demanda por essas operações, que teriam "superado todas as expectativas iniciais".

A medida autoriza ainda a liberação de R\$ 1,95 bilhão para estados e o Distrito Federal com o objetivo de estimular as exportações.

MP 500/10

A MP 500/10, de 31 de agosto, flexibiliza a atuação do governo em operações financeiras. A MP 487/10 permitiu que a União deixasse de participar do aumento de capital de empresas estatais. O direito, no entanto, só poderia ser cedido ao Fundo Soberano. Agora, as empresas estatais, os bancos públicos e o fundo podem realizar trocas de ações entre si, desde que nenhuma operação faça com que a União detenha menos de 50% do capital das estatais.

3º Concurso de Redação

✓ Tema: "Brasília, capital dos brasileiros"

✓ Participantes: estudantes, entre 16 e 19 anos, do último ano do ensino médio de escolas públicas estaduais

PRÊMIOS

✓ Para as escolas: computadores, livros e DVDs

✓ Para os estudantes: microcomputador portátil e viagem a Brasília

CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

✓ Data: 19 de novembro

✓ Local: Palácio do Congresso Nacional

✓ Informações: www.senado.gov.br/concursosredacao



Cartões da Oi divulgarão concurso de redação do Senado

A partir da última segunda-feira, a operadora de telecomunicações Oi passou a comercializar 50 mil cartões telefônicos divulgando o 3º Concurso de Redação do Senado Federal. A Oi já havia apoiado o concurso em sua edição de 2008. Os cartões serão vendidos em todo o território nacional. O patrocínio foi devidamente oficializado entre as partes e a divulgação não gerou nenhum ônus para o Senado Federal.

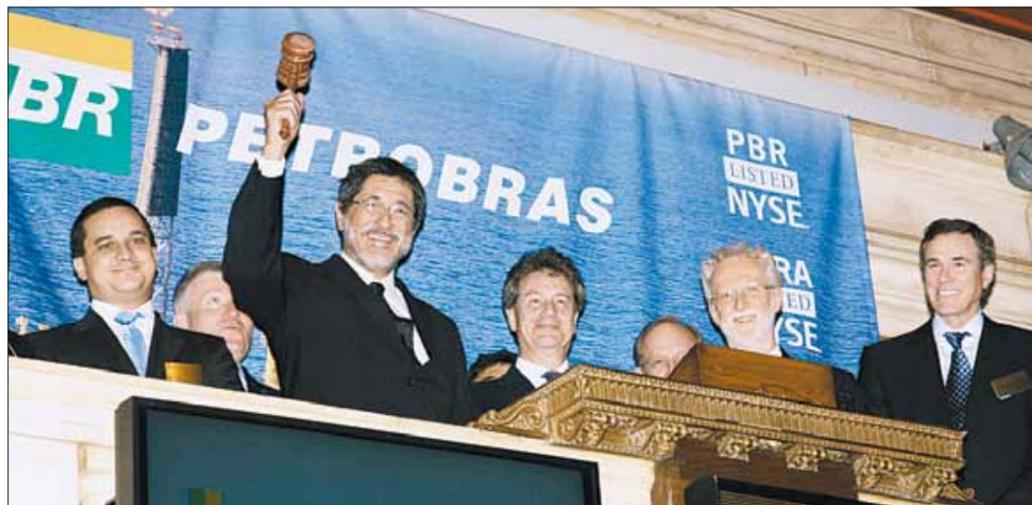
A terceira edição do concurso tem como tema "Brasília, capital dos brasileiros", em homenagem ao cinquentenário da capital. O objetivo é incentivar a reflexão sobre o papel de Brasília nos destinos da nação.

As escolas em que estudarem os alunos classificados nos três primeiros lugares serão premia-

das com computadores, livros e DVDs para o acervo da instituição. O estudante que obtiver a melhor nota em seu estado receberá um microcomputador portátil e viajará a Brasília, onde participará, juntamente com os demais concorrentes classificados, de atividades cívicas e culturais.

A premiação do concurso de redação ocorrerá em 19 de novembro no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília. As inscrições podem ser feitas até o dia 30 de setembro.

O concurso será também divulgado nos 39 veículos da frota do Senado Federal, que passarão a circular com adesivos sobre o certame. A iniciativa é da Secretaria de Relações Públicas e os adesivos foram criados pela Subsecretaria de Projetos Especiais.



Presidente da Petrobras, Sergio Gabrieli, na Bolsa de Valores de Nova York: MP precisa ser votada até fevereiro de 2011

MP 500/10 favorece a capitalização da Petrobras

Publicada no último dia 31, a MP 500/10, em tramitação na Câmara dos Deputados, abre caminho para a capitalização da Petrobras e autoriza as estatais a realizarem entre si operações de compra de ações, alienação e cessão de créditos para futuro aumento de capital. A medida, que precisa ser aprovada até fevereiro de 2011, repete pontos já previstos na MP 487/10, que perdeu sua validade este mês sem ter sido votada pelo Congresso Nacional.

A MP 500/10 autoriza a União, observada a equivalência econô-

mica na operação, a contratar com a administração pública federal indireta (ou com fundo privado do qual seja cotista única) a aquisição, alienação, permuta e cessão de ações, inclusive seus respectivos rendimentos e direitos, representativas do capital social de empresas nas quais participe minoritariamente ou aquelas excedentes ao necessário para manutenção do controle acionário em sociedades de economia mista federais; bem como a cessão de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento

de capital.

A proposta visa principalmente atender o interesse estratégico da União de passar a deter ações que eventualmente possam estar em poder de entidades da administração indireta ou de fundo privado do qual seja cotista única – a exemplo do Fundo Soberano do Brasil –, como forma de aumentar o capital de empresas estatais federais com esses papéis, ou garantir a manutenção do controle acionário do Tesouro Nacional nas empresas estatais em operações de aumento de capital.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos e comunicados

14h A sessão não deliberativa destina-se a discursos de senadores e comunicados da Mesa. Entre os inscritos, estão os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Selma Elias (PMDB-SC) e João Faustino (PSDB-RN).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Faustino • Eduardo Suplicy • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

“O discurso da simplificação é perigoso. Não existe o princípio da celeridade”, disse Fredie Didier Junior na audiência sobre o novo CPC realizada ontem em Salvador

Professor alerta para risco de agilidade ferir direitos

O CONSELHEIRO DA seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia Fredie Didier Junior advertiu ontem para o risco de retrocesso na Justiça brasileira caso iniciativas destinadas a combater a morosidade e ineficiência do Judiciário sejam adotadas sem garantir o direito à produção das provas e do contraditório.

– O discurso da simplificação é perigoso, pois não existe o princípio da celeridade. Essa é a base da Justiça. Caso contrário correremos o risco de volta à Inquisição – alertou. Didier Junior foi um dos debatedores da audiência realizada em Salvador pela comissão especial que analisa o projeto de novo Código de Processo

Civil (CPC). Foi a oitava das dez audiências programadas em capitais para debater o texto (PLS 166/10).

O professor criticou ainda o fato de o projeto tornar irreversíveis decisões interlocutórias (tomadas pelo juiz ao longo do processo, sem análise do mérito).

Valter Pereira acredita que a simplificação dos processos não prejudicará direito de defesa

– Isso vai ressuscitar o mandado de segurança contra o ato judicial, que pode quebrar a segurança jurídica.

Para o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), no entanto, a simplificação das atuais normas processuais não colocará em risco o princípio da ampla defesa. Ele considera que a meta de uma Justiça mais ágil é compatível com a segurança jurídica.

– Ninguém, em nome da celeridade da Justiça, irá atropelar

o devido processo legal, mas é fato que as normas precisam ser agilizadas, não tenho dúvida de que precisam – enfatizou.

Nas avaliações sobre as causas da morosidade do Judiciário, os debatedores identificaram problemas de gestão, carência de recursos financeiros e carência de estrutura de trabalho.

O defensor público federal Eduardo Amin sugeriu que o novo CPC reconheça a aplicação inversa da regra da “desconsideração da personalidade jurídica” – pela qual admite-se afastar a pessoa jurídica no cumprimento de uma decisão judicial, para permitir a execução dos bens da pessoa física. Participaram também da audiência o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e a vice-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Maria José Sales Pereira. O Ministério da Justiça foi representado por Alexandre Imenez e Cristiano Osório.

Parlasul acompanhará eleições no Brasil e na Venezuela

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá enviar observadores para acompanhar as próximas eleições na Venezuela e no Brasil. Eles são integrantes do Observatório da Democracia estabelecido há dois anos pelo parlamento, com os objetivos de promover o intercâmbio de experiências e a cooperação em matéria eleitoral entre os países do bloco, além de contribuir para o cumprimento do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul.

outros países que integram o Mercosul, juntamente com o Brasil, deverão acompanhar a votação em cidades como Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Segundo Mercadante, os parlamentares poderão ainda observar o segundo turno das eleições.

Venezuela

Na reunião de segunda-feira, em Montevidéu, Uruguai, os integrantes do Observatório da Democracia do Parlasul decidiram enviar nova correspondência ao Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, solicitando a autorização para a presença de integrantes do parlamento como observadores das eleições de 26 de setembro.

Venezuela ainda não respondeu ao Parlasul autorizando a presença dos observadores

o conselho não respondeu a ofício enviado por Mercadante, com a indicação de parlamentares de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, como observadores.

Na última sessão do Parlasul, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) admitiu a possibilidade de ter havido “algum mal-entendido” que não teria ainda permitido a presença da delegação em Caracas no dia das eleições. Da mesma forma pensa o deputado Germano Bonow (DEM-RS), igualmente membro do parlamento.

Em correspondência enviada ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), atual presidente do Parlasul, indicou como observadores das eleições brasileiras, marcadas para 3 de outubro, 11 parlamentares de Argentina, Paraguai e Uruguai. Um deles será o argentino Claudio Lozano, para quem a participação dos observadores contribuirá para fortalecer a democracia.

– Promovemos a defesa de processo de democratização em todos os países da região, por isso a participação como observadores nos parece fundamental – disse Lozano.

Os parlamentares dos três



Maria José Pereira, do TJ-BA, e os senadores Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira na audiência sobre o CPC, em Salvador

Lançado em Brasília o livro No Planalto, com a imprensa

Foi lançado ontem no Palácio do Planalto o livro *No Planalto, com a imprensa*, com depoimentos dos antigos titulares da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, desde o governo de Juscelino Kubitschek até o de Luiz Inácio Lula da Silva. O livro foi organizado por André Singer, atual porta-voz, Mário Hélio Gomes, Carlos Villanova e Jorge Duarte.

Foram ouvidos 24 dos 26 ocupantes dos cargos ainda vivos, entre eles o secretário de Imprensa da Presidência do Senado, Pedro Luiz Rodrigues, e o secretário de Comunicação da Casa, Fernando Cesar Mesquita, que ocupou o cargo durante a gestão de José Sarney, atual presidente do Senado, também presente à cerimônia.

– O livro é uma contribuição importante para se compreender melhor a relação quase

sempre tensa entre o jornalismo e o poder. Isso tudo em um período de mais de 50 anos, com experiências políticas marcantes para a história brasileira – afirmou Mesquita.

O presidente Lula disse que a sistematização do trabalho dos porta-vozes é essencial para tornar público o cotidiano da instituição e a sua relação com a imprensa, funcionando como uma espécie de prestação de contas.

Ele enalteceu a importância da relação transparente com a imprensa para a manutenção da democracia e mencionou como a comunicação evoluiu com a internet e a disseminação de blogs e redes sociais, como o Twitter.

O livro foi editado pela Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, em parceria com a Secretaria de Imprensa da Presidência.



Presidente Lula recebe ex-secretários de imprensa e porta-vozes no Planalto

Internautas já fizeram quase 400 sugestões

Representantes da magistratura e do Ministério Público, advogados, promotores, acadêmicos e cidadãos em geral já encaminharam pela internet quase 400 sugestões à comissão especial do Senado que formula o projeto (PLS 166/10) de reforma do Código de Processo Civil (CPC).

Com o intuito de receber propostas e críticas dos diversos setores sociais, a comissão realizou audiências públicas em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Florianópolis, Rio de Janeiro e Salvador. Também recebe mensagens por meio de formulário eletrônico disponível no site da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop).

Até agora, 70% dos participantes são mulheres, 71% têm de 20 a 49 anos, 41% têm graduação e 48%, pós-graduação.

Das 379 sugestões encaminhadas de 26 de agosto a 12 de setembro, a maior parte refere-se à diminuição das formalidades processuais e dos recursos possíveis ou ao fortalecimento da jurisprudência e

da segurança pública.

A preservação do acervo de informações processuais também mobiliza os cidadãos: muitas mensagens solicitam alterações no artigo 967, que estabelece que “os autos poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, findo o

prazo de cinco anos, contando da data do arquivamento”.

As sugestões ao novo CPC estão sendo examinadas pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator-geral do projeto, e podem ser encaminhadas até o dia 30 de setembro por meio da internet ou pelo telefone 0800-612211.

Participação dos cidadãos

Maior parte das contribuições trata da simplificação dos processos, diminuição dos recursos, preservação dos autos e fortalecimento da jurisprudência



Senador do PSDB lista cinco possíveis crimes que teriam sido cometidos em episódio relatado pela revista *Veja*. Para ele, escândalos de corrupção ocorridos no atual governo acabaram consagrando a impunidade no país

Alvaro Dias pede ao Ministério Público que investigue denúncias na Casa Civil

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) anunciou ontem que encaminhará representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o Ministério Público apure as denúncias de tráfico de influência na Casa Civil da Presidência da República.

Em sua última edição, a revista *Veja* acusa Israel Guerra, filho da ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, de intermediar contrato entre uma empresa que presta serviços de transporte aéreo e os Correios. De acordo com a reportagem, Erenice chegou a ter encontro, mediado por seu filho, com o dono da empresa. Mas a ministra-chefe, que sucedeu no cargo a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, já anunciou que processará a publicação. O episódio também será apurado por uma comissão de ética do Executivo.

Na representação, também assinada por representantes do PSDB na Câmara dos Deputados, Alvaro Dias cobra a apuração dos crimes de tráfico de influência, formação de quadrilha, concussão, prevaricação e improbidade administrativa, "possivelmente praticados sob a égide da ministra-chefe da Casa Civil, em



Alvaro Dias classificou a Casa Civil como "subterrâneo escuro do governo Lula"

conjunto com familiares, assessores públicos e amigos".

– A Casa Civil é emblemática. Vai se consagrando como uma espécie de fortaleza inexpugnável da imoralidade na administração pública brasileira, morada de alguns dos grandes escândalos dos últimos anos, uma espécie de subterrâneo escuro do governo Lula – afirmou.

Alvaro Dias disse que os escândalos ocorridos no atual governo acabaram consagrando a impunidade no país, sobretudo após a ocorrência do mensalão, em 2005. Ele lamentou que, pas-

sados cinco anos das denúncias de compra de apoio político na Câmara dos Deputados, muitos dos 40 acusados pelo crime ainda não tenham sido julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

– As manobras protelatórias, os expedientes da lentidão processual e objetivos de natureza eleitoral empurram o julgamento para o próximo ano, para depois das eleições de 2010. E essa sensação de impunidade que transforma o Brasil no paraíso da corrupção vai estimulando a repetição da prática delituosa – afirmou.

Foto de Gerardo Magalhães/Senado Federal

Em aparte, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) elogiou Alvaro Dias pelo discurso, mas lamentou a ausência, em Plenário, dos demais opositores do governo, que da tribuna são "candidatos a falar mal de Lula e Dilma, mas chegam em seus estados e ficam calados". Roberto Cavalcanti ressaltou que existem casos que "merecem e necessitam de apuração", mas que não se pode fazer prejulgamento a partir das denúncias.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que Erenice Guerra já se colocou à disposição da comissão de ética que apura as denúncias. Afirmou ainda que a própria ministra e o presidente Lula são "os primeiros a querer ter isso muito claro", referindo-se à elucidação das denúncias de tráfico de influência na Casa Civil.

Depois de ouvi-lo, Alvaro Dias frisou que um "governo sério" teria imposto o afastamento do acusado até o final das investigações. Ele disse que não cabe à oposição pedir o afastamento de Erenice Guerra, tendo em vista que essa é uma atribuição exclusiva do presidente da República.

Selma Elias defende solução para diplomas

A senadora Selma Elias (PMDB-SC) cobrou do Executivo e do Congresso uma solução para acabar com as dificuldades enfrentadas por brasileiros que fazem curso de graduação e pós-graduação no exterior para revalidar seus diplomas no Brasil. Hoje, a revalidação deve ser conseguida junto a uma universidade pública. No entanto, não existe qualquer compromisso da instituição revalidadora em relação a prazos.

Por isso, disse a senadora, os estudantes acabam entrando "num jogo de azar", apresentando pedidos de revalidação em várias universidades ao mesmo tempo, pois têm pressa no reconhecimento, que pode representar inclusive aumento de salário, no caso de professores. Selma Elias acrescentou que também são frequentes os problemas de falta de parâmetros para análise e aprovação dos títulos.



Selma Elias cobra atenção àqueles que estudaram no exterior

João Faustino cobra respeito do governo a direito adquirido

João Faustino (PSDB-RN) criticou o governo federal, que, em sua opinião, desconsidera direitos adquiridos, sobretudo de servidores públicos aposentados. Ele anunciou a apresentação de projeto de lei que prevê sanções para



João Faustino

res do Judiciário com recursos sem qualquer possibilidade de sucesso contra funcionários públicos prejudicados em direitos adquiridos. Segundo informações do professor Dalton citadas pelo senador, cerca de 80% dessas ações são

do governo federal. – É hora de se buscar mecanismos infraconstitucionais mais rigorosos e eficientes que punam aqueles agentes de poder que se valem da sua condição de gestores para massacrar servidores públicos retirando-lhes direitos e vantagens já consolidadas no tempo – disse.

Resultado de pesquisa no Amazonas intriga senador

João Faustino disse ontem, em outro discurso, estranhar os números da última pesquisa do Ibope para o Senado no Amazonas. Ele ressaltou não ter nenhuma dúvida quanto à seriedade do instituto, mas afirmou ter "a mais absoluta convicção" de que o resultado não reflete com precisão a realidade.

Para João Faustino, a pes-

quisa está "em flagrante contradição" com outra aferição feita pelo mesmo instituto menos de 15 dias atrás. Nessa pesquisa, Arthur Virgílio tinha 51%, contra 29% da candidata que figurava em terceiro lugar (Vanessa Grazziotin, do PCdoB). Na pesquisa mais recente, Arthur Virgílio aparece com 34 pontos e a adversária tem 39.

Suplicy acha que Lula cometeu só um "exagero de linguagem"

Ao responder a discurso de João Faustino (PSDB-RN), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o presidente Lula cometeu "um exagero de linguagem" quando pregou a extinção do Democratas (DEM), em comício na noite anterior, em Joinville (SC). Suplicy alegou que Lula, "no calor das emoções" e no "ambiente do comício", teria reagido a uma declaração do presidente do então PFL, Jorge Bornhausen, nas eleições de 2006.

Citando notícias da época, Suplicy lembrou declarações de Bornhausen, cujo objetivo seria, então, "acabar com o



Eduardo Suplicy

Partido dos Trabalhadores no Brasil". A afirmação teria sido feita em uma reunião privada, em São Paulo, em que era discutida a possibilidade de impeachment de Lula por causa do mensalão. A declaração teria sido a seguinte: "Vamos nos livrar dessa raça por uns 30 anos".

Suplicy afirmou que o presidente Lula, "por mais que possa ficar incomodado com as críticas de seus adversários, tem sido sempre um defensor da democracia, da liberdade de expressão e da liberdade da oposição de se manifestar de maneira crítica".

Senador elogia tranquilidade e paz no festival de Godói

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, também em discurso ontem, a população da favela do Godói, em São Paulo, por realizar, já há dez anos, o projeto Periferia Ativa – 100% Favela, evento cultural comemorativo do aniversário da favela.

Realizada de 10 a 12 de setembro, afirmou o senador, a festividade quase não aconteceu, pois as autori-

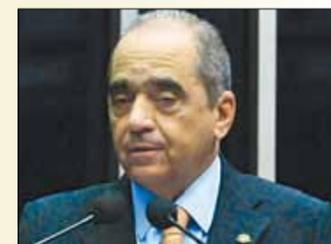
dades de segurança pública de São Paulo não estavam confiantes que o evento transcorreria de maneira segura para a população. Suplicy disse ter enviado ofício a diversas autoridades da cidade, inclusive ao prefeito Gilberto Kassab, explicando a natureza comunitária e benéfica da festividade, o que ajudou o festival a ser autorizado.

Cavalcanti quer investimentos no Porto de Lucena

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu que os políticos sejam mais sensíveis às reivindicações da sociedade, entre as quais ele citou o início do funcionamento do porto de águas profundas situado em Lucena, município a 40 quilômetros de João Pessoa.

De acordo com o senador, estão sendo feitos estudos que revelarão as condições técnicas, econômicas, ambientais e legais do projeto daquele porto, que permitirão estimar ganhos de escala no âmbito econômico e social.

– Na opinião dos especialistas, tal iniciativa trará impacto gigantesco sobre o transporte de minério de ferro nessa região, a ponto de a Companhia Siderúrgica Nacional já ter concordado em investir, só neste ano, R\$ 1,3 bilhão na Ferrovia Transnordestina. Isso representa mais de um terço dos R\$ 3,4 bilhões que serão gastos nessa ferrovia em 2010 – comemorou.



Senador destaca impacto do porto no transporte de minério de ferro